

Apresentação da Coleção

Oferecemos a público a exposição sistemática que nomeamos de “*Instituições de Direito Civil*”, buscando transmitir ao leitor a ideia moderna e atual do sistema de direito civil que nos foi trazido pelo Código Civil de 2002, instituído pela L 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Embora o CC de 2002 tenha sido elaborado a partir do modelo estrutural do Código Civil de 1916, que seguiu o formato do BGB alemão, constituído de Parte Geral e de livros tratando sistematicamente das diferentes matérias que compõem seu corpo normativo, o Código Civil vigente utilizou-se de técnica legislativa moderna, adotando as *cláusulas gerais* como fontes jurígenas destinadas a flexibilizar seu sistema casuístico, fechado. Outrossim, o diploma civil vem informado pela base político-filosófico-ideológica da *eticidade*, *operabilidade* e da *socialidade*, base essa que faz total diferença entre os sistemas do CC/1916 e do CC/2002.

Nada obstante, continua a tratar de seus institutos fundamentais tais como concebidos e garantidos pela Constituição Federal, notadamente a *propriedade privada*, o *contrato*, a *empresa* o *casamento*, a *família* e o *testamento*, todos estes institutos com o indispensável atributo de que devem cumprir sua *função social* e garantir a vida privada.

Isto é motivo bastante para que o Direito Civil devesse ser revisitado pela literatura brasileira, tarefa a que nos propomos nesta exposição à luz dessa nova perspectiva trazida ao direito brasileiro com o advento do Código Civil de 2002.

A solidez do Direito Civil, fundado em preceitos firmes adotados a partir do direito romano, de sua evolução de índole canônico-germânica, de sua recompilação pelos diplomas europeus medievais (*v.g. Fuero Juzgo, Ordenações do Reino de Portugal*) e, finalmente, com a recepção do já reformulado Direito Romano pelas grandes codificações europeias do Século XIX (*v.g. Code Napoléon* [1804], *Código Civil da Itália* já unificada [1865], *Código Civil espanhol* [1829, 1885], *Código Civil português* [1833, 1867], *Código Civil da Alemanha* já unificada [BGB-1896]), forma, ainda hoje, a base fundamental do Código Civil brasileiro de 2002.

Os autores

Sumário

Capítulo I

A sabedoria jurídica	1
1. O que é o direito e qual sua finalidade?	1
1.1 Arte	6
1.2 Técnica.....	8
1.3 Ciência	10
2. Justiça e direito: vontade de verdade.....	11
2.1 Sentido de ciência do Direito e evolução do conceito de Justiça.....	14
2.2 Método científico que visa à Justiça	22
3. Direito e outras ciências	23
3.1 Sociologia	27
3.2 Filosofia	28
4. Direito, Moral e Teologia	29
5. Modos de pensar o Direito.....	37
5.1 Direito natural	38
5.2 Positivismo jurídico	44
5.2.1 Um método de interpretação para revelar a fenomenologia da ética ...	45
5.2.2 A experiência da verdade racional (<i>aletheia</i>) e da verdade ética (<i>emet</i>)....	55
5.3 Análise linguística do Direito	57
5.4 Direito como norma e instituição	58
5.5 Direito como relação jurídica	59
6. Direito, política e ética	60
7. Dogmática jurídica	66
7.1 Evolução do sentido da expressão	70

Capítulo II

A normatividade jurídica: um panorama de teoria geral de direito que também serve à teoria geral do direito privado 75

8. O direito como processo de compreensão: construção da norma jurídica ..	76
8.1 Proposição prescritiva.....	78
8.2 Teoria da imperatividade do direito e suas derivações.....	80
9. Coercibilidade, coação e coatividade	88
9.1 A coercibilidade da norma – Desenvolvimento da teoria e sua superação.....	91
10. Obrigações, proibições e permissões; faculdades e ônus.....	98
10.1 Leis preceptivas e leis proibitivas.....	99
10.2 Normas permissivas	100
10.3 Normas cogentes e derogáveis	107
10.4 Normas substanciais e procedimentais.....	109
10.5 Normas gerais e particulares.....	109
10.6 Normas dispositivas, interpretativas e supletivas.....	110
10.7 Norma primária e secundária	111
10.8 Norma de ordem pública e de ordem privada.....	114
11. Norma e ética.....	121
11.1 Norma e lei.....	130
12. Validade, eficácia, eficiência, vigor e vigência da lei.....	139
12.1 Validade.....	139
12.2 Eficácia	154
12.3 Vigor e vigência	157
12.4 Eficiência	161
12.5 Repristinação	166
13. Fontes do direito e Constituição dirigente.....	167
14. Norma fundamental. Constituição.....	169
15. Emenda constitucional	179
16. Súmula vinculante do STF	180
17. A lei	190
18. Lei complementar	194
19. Decreto legislativo	196
20. Lei delegada.....	198
21. Lei ordinária.....	201
22. Tratados internacionais	203

23. Medida provisória	206
24. Decreto	211
25. Resolução	222
26. Outros textos normativos	223
27. Técnicas de elaboração das leis	224
27.1 LC 95/1998.....	226
27.2 Estrutura formal da lei. Preâmbulo, articulado e fecho	229
28. Controle de constitucionalidade das leis e de outros atos normativos	230
29. Outras fontes do direito	238
29.1 Costume. Técnica do costume.....	238
29.2 <i>Lex mercatoria</i>	242
29.3 Princípios gerais de direito.....	242
29.4 Cláusulas gerais	243
29.5 Doutrina.....	246
29.6 Jurisprudência e direito jurisprudencial.....	248
29.6.1 Eficácia dos atos judiciais.....	251
29.6.2 Validade dos atos judiciais.....	256
29.6.3 Ativismo judicial	258
29.7 Súmula simples dos tribunais	265
30. O Código Civil: Código de Direito Privado	266
30.1 Leis principiológicas	267
31. O contrato como lei particular.....	268
32. Interpretação jurídica. Hermenêutica	270
32.1 Interpretação em sentido estrito e em sentido amplo	270
32.2 Critérios de interpretação	271
32.3 Interpretação restritiva e interpretação extensiva	274
32.4 Interpretação pelo absurdo.....	275
32.5 Equidade	275
32.6 Epiqueia.....	279
32.7 Analogia.....	286
32.8 Responsabilidade da doutrina e função judicial	288
32.9 <i>In claris non fit interpretatio</i> . Clareza do texto não pressuposta	303
33. Completude do ordenamento	304
33.1 Antinomia	308
33.2 Lacuna	314
34. Interpretação conforme a Constituição	320

Capítulo III

A fenomenologia jurídica:

o direito como experiência humana	327
35. Fenômenos de interesse para o direito: relações humanas	327
36. Relações jurídicas: problemas conceituais	336
37. Situações e relações jurídicas	342
38. Situações jurídicas	342
39. O sentido semântico de “situação” na Língua Portuguesa	346
40. Relações não subjetivas	348
41. Relações de causa/causado (potenciais) e relações de razão (de proporção) ..	350
42. Vínculo obrigacional: relações jurídicas de razão (de proporção)	354
43. Os institutos jurídicos	359
44. A apreensão lógico-jurídica dos fenômenos e a tradição da linguagem jurídica	362
44.1 Incidência	364
44.2 Subsunção	367

Capítulo IV

Evolução histórica do direito privado 369

45. Raízes históricas de direito privado	369
45.1 Dados importantes para a compreensão da história do Direito Romano	369
45.1.1 Os primórdios de Roma. A visão histórica tradicional	373
45.1.2 Os primórdios de Roma. A visão histórica crítica	376
45.1.3 <i>Civitas quiritaria</i>	381
45.1.4 A Lei das XII Tábuas	384
45.1.5 Um legado cultural humanitário	386
45.1.6 República (pré-clássicos – séc. III a.C. até o séc. I a.C.)	390
45.1.7 Principado (clássicos – séc. I a.C. até o séc. III d.C.)	393
45.1.8 Monarquia absoluta (pós-clássicos – séc. III d.C. até o fim do tempo antigo)	394
45.2 Aparentamentos sobre a evolução histórica do direito privado moderno	394
45.2.1 Transformações políticas e socioculturais da Europa invadida pelos povos bárbaros	395
45.2.2 O império do Oriente e a compilação da legislação justinianeia	398

45.2.3 O ensino do Direito no Ocidente e o nascimento do moderno	
Direito Privado	401
45.2.4 A ciência escolástica e os glosadores	403
45.2.5 O fenômeno da recepção do direito romano	404
46. O direito público e o direito privado	407
46.1 Diferenças sistemáticas entre direito público e privado	408
46.2 Finalidades do dualismo	411
46.3 Qual o lugar do Direito Privado?	412
46.3.1 Vocação natural do homem	412
46.3.2 A preservação da Vida como centro de tudo	413
46.3.3 A casa para o povo bíblico	415
46.3.4 O <i>oikos</i> grego	416
46.3.5 O núcleo fundamental da sociedade	417
46.4 Abrandamento da dicotomia direito público e direito privado	418
46.5 Consequências públicas do direito privado	420
47. O conceito de direito civil e de direito comercial no direito antigo	422
47.1 O conceito de direito civil no direito antigo	422
47.2 O conceito de direito comercial no direito antigo	424
47.2.1 O outro lado do direito privado: a atividade comercial	424
47.2.2 Pelas palavras se transmite a cultura	427
47.2.3 Dois institutos importantes na história do direito comercial:	
Gild e a Hansa	428
47.2.4 A influência do direito germânico e da cultura oriental na formação do conceito de atividade	429
47.2.5 O <i>ethos</i> germânico	431
47.2.6 O sistema jurídico das Mutterstädte	433
47.2.7 Lições da cultura oriental	435
48. Direito civil e direito empresarial	438
49. Direitos difusos e coletivos. Direito privado coletivo	442

Capítulo V

Sistema jurídico de direito privado	447
50. Teoria dos sistemas	447
51. Codificação	451
52. Microssistemas	454
53. Pluralidade de ordenamentos jurídicos	456
53.1 Sistema jurídico aberto e fechado	456

54. Unificação do sistema de direito privado	462
55. Técnica de abertura do sistema – Conceitos indeterminados: cláusulas gerais e conceitos legais indeterminados	464
56. Constituição e direito privado.....	470
56.1 Princípios constitucionais do direito privado	471

Capítulo VI

Direito privado, mercado e economia 477

57. Preliminares	477
57.1 Direito e economia. A análise econômica do direito	479
57.2 Direito econômico e direito privado.....	488
58. Autonomia privada. Livre iniciativa. Liberdade econômica. Liberdade de contratar e liberdade contratual	493
59. A normatividade jurídica da economia de mercado. Princípios constitucionais da ordem econômica	495
60. Tutela do consumidor e do meio ambiente	497
61. Direito comunitário europeu e direito interno	503
62. Princípios do comércio internacional	506
63. Direito privado e relações de trabalho e de previdência social.....	508
64. Sistema financeiro.....	511
64.1 História	514
64.2 Regulamentação do sistema financeiro.....	516

Capítulo VII

Principiologia do Direito Privado..... 521

65. Princípio, regra e a eficácia jurídica dos direitos fundamentais.....	521
66. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	531
67. Princípio da livre concorrência	539
68. Princípio da autonomia privada. Liberdade e igualdade negocial.....	542
69. Princípio da solidariedade. Consciência social.....	547
69.1 Aspectos culturais do princípio da solidariedade	549
70. Princípio da função social do direito privado	555
70.1 Teoria da funcionalização dos direitos: noção do conjunto do sistema jurídico	555
70.2 Função social do contrato, da empresa, da propriedade	558

71. Princípio da boa-fé objetiva ou da lealdade.....	569
71.1 Lealdade e Administração Pública.....	580
72. Princípio da imputação civil dos danos.....	591
73. <i>Praecepta iuris</i>	593
74. Eficiência das informações	594
Bibliografia	597
Índice Alfabético-Remissivo	677
Índice Legislativo	723
Índice Onomástico	733